

Discursos e Percursos na delinquência juvenil feminina é o resultado da investigação de doutoramento da autora, que oferece ao/à leitor/a um olhar científico sobre o fenómeno da delinquência juvenil no feminino, suportado em dois grandes eixos. Por um lado, debater a construção das (in)visibilidades sociais e científicas do fenómeno, contribuindo para a discussão entre delinquência juvenil e género. Por outro lado, retratar os contextos, as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em conflito com a lei, particularmente jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas institucionais e na comunidade. O registo polifónico das suas vozes exigiu leituras críticas que sublinhem a importância de olhar a figura feminina não apenas como vítima, mas também como sujeito ativo na construção da própria vida. Desocultando e reescrevendo estas invisibilidades, propõe-se uma reflexão que permita abrir espaços de leitura sobre a presença feminina na delinquência juvenil e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática.

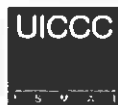
Vera Mónica Duarte Professora auxiliar no Instituto Superior da Maia (ISMAI) e investigadora no Centro de Investigação em Ciências Sociais, da Universidade do Minho (CICS/UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento, do Instituto Superior da Maia (UICCC/ ISMAI) da qual é, atualmente, diretora. Doutorada em Sociologia, pela Universidade do Minho, com um projeto financiado pela FCT e uma tese sobre delinquência juvenil feminina, tem desenvolvido trabalho de docência, produção científica e investigação nas áreas da sociologia do desvio e do crime, da delinquência juvenil e do género.



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais



Financiada por Projeto Estratégico
Pest OE/SAG/1871/2011



ISBN: 978-989-8549-43-3

Discursos e Percursos
na Delinquência Juvenil Feminina / Vera Mónica Duarte

Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina

Vera Mónica Duarte



Índice geral

Prefácio	5
Notas prévias e agradecimentos	9
Introdução – Dos rumores aos rumos	11
Capítulo 1 Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto	17
1.1. Juventudes, feminilidades e delinquências	17
1.2. Contextualização da (in)visibilidade social do fenómeno	27
1.2.1. (Re)construindo invisibilidades no contexto português	35
Capítulo 2 Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil	43
2.1. Construção da delinquência (juvenil) feminina na sociologia do crime	43
2.1.1. Teorias masculinas para vidas femininas	43
2.1.2. Quando a figura feminina é protagonista...	46
2.1.3. Reconstrução dos discursos sobre a figura feminina: entre a vitimação e a agencialidade	51
2.2. Expressões da transgressão juvenil feminina	59
Capítulo 3 Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos	73
3.1. Eixos conceptuais estruturantes da investigação: a delinquência como ação estruturada	73
3.2. Enquadramentos e fundamentação do método. A opção por metodologias qualitativas	79
3.3. Incursões metodológicas no terreno: (re)construções das condições de pesquisa	85

Capítulo 4 Perfil sociológico da população em estudo	95
4.1. Caracterização das jovens com Medidas Tutelares Educativas	95
4.2. Dando um nome às protagonistas	118
Capítulo 5 Cenários interativos de vitimação e transgressão	125
5.1. A entrada das jovens no mundo da delinquência: 'nós' de vida comuns	125
5.1.1. O <i>puzzle</i> familiar: quando as peças faltam...	126
5.1.2. A Escola: uma vitrina de insucessos	148
5.1.3. As contexturas da amizade e do namoro: as influências e a experimentação do risco	151
5.2. As experiências e os significados da transgressão	163
5.2.1. No trilho da infração	163
5.2.2. Refletindo sobre as coisas que fizemos...	170
Capítulo 6 Itinerâncias e errâncias: discursos e percursos de transgressão	177
6.1. Ditos, interditos e não ditos: elementos para a compreensão dos discursos	179
6.2. Das práticas discursivas aos percursos transgressivos	186
6.2.1. Discursos sobre transgressão	187
6.2.2. Percursos transgressivos	190
6.2.3. Enlaçando pontas soltas	201
Conclusões Finalizando e repensando	205
Referências bibliográficas	221

DISCURSOS E PERCURSOS
NA DELINQUÊNCIA JUVENIL FEMININA

Autora: Vera Mónica Duarte

Capa: Gonçalo Gomes

Director de Colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2012
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão V. N. Famalicão
Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Dezembro de 2012
Depósito legal: 353098/12
ISBN: 978-989-8549-43-3

Colecção: Debater o Social – 16

e a disponibilidade manifestada foram fundamentais nas aproximações e entrada no terreno.

Um agradecimento especial às jovens que participaram neste estudo. Os retalhos de vida que partilharam comigo ficarão impressos na memória deste trabalho.

Ao Professor Doutor Albertino Gonçalves e à Professora Doutora Manuela Ivone Cunha agradeço o crescimento e amadurecimento intelectual que me proporcionaram na orientação, mas acima tudo a amizade que construímos. À Professora Doutora Helena Machado e à Professora Doutora Raquel Matos agradeço as excelentes intervenções na qualidade de arguentes nas provas públicas de defesa da dissertação, que muito contribuíram para as novas reflexões que se iniciaram com a conclusão deste trabalho. Um agradecimento especial ao Professor Doutor Carlos Silva, sempre presente mesmo na distância, reafirmando a amizade e o estímulo permanente.

Uma palavra de agradecimento ao Instituto Superior da Maia e, especialmente, à coordenação da área da Criminologia, pelas oportunidades e pela confiança que têm depositado em mim. Ao Juiz Conselheiro Manuel Simas Santos agradeço a amizade, as palavras de incentivo, o entusiasmo mas, particularmente, ter acreditado em mim.

Volvidos onze anos de docência, não posso deixar de dirigir palavras de agradecimento aos meus alunos e às minhas alunas, com quem aprendi, como nos diz Paulo Freire, que *há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender*.

Aos meus amigos e amigas agradeço o apoio incondicional. À Célia Carpinteira, à Teresa Castro e à Sofia Neves obrigada pela amizade sólida e verdadeira que nos tem unido ao longo destes anos, que já não são poucos. Ao Paulo Rio agradeço o afeto inestimável, as palavras reconfortantes e a presença generosa. À Maria João Leote de Carvalho agradeço os tantos e inesquecíveis diálogos, as sugestões e ideias valiosas que partilhamos.

À minha Família, não há nada como vos ter, da forma como nos temos. Chegar ao fim deste longo percurso teria sido muito difícil sem o apoio que sempre me transmitiram, sem as palavras de estímulo que nunca se esgotaram e as alegrias que me proporcionaram. Ao Nuno, obrigada por teres aparecido na minha vida e com isso teres trazido tanta felicidade e harmonia.

Como diz Antoine de Saint-Exupéry, *aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós*.

Introdução

Dos rumores aos rumos

“Dois casos em menos de uma semana fizeram soar os alarmes. Primeiro foi Filipa, 13 anos, pontapeada brutalmente em todo o corpo, inclusivamente no rosto e na cabeça, por uma rapariga de 15 e outra de 16. Depois foi Bruna, 14 anos, agredida 17 vezes com um x-ato por uma rapariga de 17, em Mem Martins. Os jovens estão mais violentos? Foi tudo um alarme provocado por uma intensa atenção dos *media*? Ou a sociedade tem estado de olhos fechados para a violência juvenil?”¹. As notícias sobre o fenómeno multiplicam-se e parece ter-se instalado mais um alarme social²: os jovens estão mais violentos e, se antes eram só os rapazes, agora também são as raparigas. As opiniões proliferam pelos diferentes meios de comunicação social. Os sentimentos de indignação ecoam nas expressões de que vivemos em sociedade permissivas e com falta de valores, de que a Família e a Escola não têm sido contentoras e que têm falhado nos planos de integração, ou apontando o dedo para a violência gratuita que é veiculada pelos *mass media*. Adensam-se os discursos de “tolerância zero”, mas a questão parece persistir. Esta tendência reflete um aumento real da violência praticada por raparigas ou mudanças na reação social ao comportamento destas?

A constatação de que se tem assistido a um crescimento na ocorrência de comportamentos transgressivos cometidos por raparigas, bem como a uma intensificação na opinião pública da noção de que estas se estão a tornar mais violentas e propensas à delinquência, não tem sido acompanhada de uma real atenção ao fenómeno, que continua a ser explicado a reboque da delinquência juvenil masculina. Argumentar a invisibilidade a que a delinquência feminina tem estado votada é um dos principais desafios que este tema coloca e que aqui devemos introduzir.

Em conformidade com alguns investigadores de diferentes áreas científicas (psicologia, criminologia, sociologia) e variados países – Shaw e Dubois (1995), Leschied *et al.* (2000) no Canadá; Campbell (1984), Chesney-Lind

¹ Jornal i, de 1 de junho de 2011.

² Esta ideia de alarme social surge associada ao conceito de *moral panics* desenvolvido por Stanley Cohen (2002).

(1997), Hoyt e Scherer (1998), Miller (2001), Steffensmeier *et al.* (2003a, 2005), Zahn *et al.* (2008, 2010) nos EUA; Burman, Batchelor e Brown (2001, 2003) na Escócia; Gelsthorpe e Worrall (2009), Arnall e Eagle (2009) na Inglaterra; Assis e Constantino (2001) no Brasil; Armott (2010) na Nova Zelândia) –, esta pesquisa pretende sublinhar a falta de investigação sobre o fenómeno da delinquência juvenil no feminino, atendendo às implicações desta invisibilidade nos campos conceptual e analítico, assim como nas dimensões práticas da intervenção. Tal como as teorias criminológicas foram inicialmente concebidas para explicar a delinquência dos rapazes, também o sistema judiciário foi pensado em função da realidade masculina. Então vejamos.

Embora as categorias de juventude, delinquência e género se entrecruzem, a pesquisa realizada tem mantido uma perspetiva de género “por defeito”, ou seja, quer nas (sub)culturas juvenis, quer na delinquência, estabelece-se a figura masculina como norma e invisibiliza-se a presença feminina. Retratada pelas características das feminilidades clássicas (branca, de classe média e heterossexual...) ou como vítima, a figura feminina torna-se invisível como agressora e, quando surge no quadro da delinquência, perpetua imagens e representações estereotipadas, eivadas de interpretações que sugere a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização dos comportamentos.

Isoladamente, as teorias não têm sido suficientes para explicar a complexidade do fenómeno, embora seja visível uma reconstrução discursiva em torno da figura feminina e a emergência de uma literatura mais sensível ao género que tem revelado considerações importantes relativamente às diferenças de género nas expressões da transgressão. As investigações (quantitativas e qualitativas) sobre este fenómeno não só têm produzido resultados contraditórios, como têm mostrado que esses resultados são insuficientes para a sua caracterização. É um fenómeno que está em aberto numa multiplicidade de frentes.

Além disto, as estatísticas são parcas, não espelham a realidade e não estão discriminadas por género. As abordagens comparativas entre diferentes países têm sido o reflexo das lacunas apresentadas pelas estatísticas, das diferenças de classificação dos fenómenos e das diferentes molduras penais. A constante secundarização da delinquência juvenil feminina tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países, a ausência de um enfoque autónomo no fenómeno, o qual surge quase sempre diluído em análises mais amplas sobre a delinquência juvenil.

A estas constatações junta-se um outro desafio que se prende com as utilizações do conceito de delinquência juvenil, com os seus recortes conceptuais e com o questionamento das suas fronteiras quando aplicado à realidade

da transgressão feminina. Reconhecendo que qualificar um comportamento como delinquente é tão variável como os contextos socioculturais e jurídicos onde está inserido, optou-se por utilizar o conceito de delinquência juvenil entre aspas.

Além de pretender ser um contributo para desocultar essas invisibilidades, esta pesquisa aspira, também, construir uma entrada teórica e metodológica sensível à situação de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma discursiva como é dado sentido a essas experiências. Esta opção serviu três principais propósitos. Primeiro, responder à propalada insuficiência de estudos que descrevam os cenários vivenciais e quotidianos de jovens delinquentes. A importância em elencar as causas não deve ocultar a necessidade de compreender as lógicas da ação. Segundo, romper com o duplo silenciamento a que a figura feminina tem estado votada na esfera da delinquência. Silenciamento por serem raras as vozes femininas até mesmo quando os conhecimentos são sobre si próprias e porque os sujeitos rotulados como delinquentes raramente são credíveis e, por isso, são remetidos para as margens. Por fim, fazer dialogar narrativas individuais com o debate em torno do binómio *vitimação vs. agencialidade*.

Todas estas inquietações atravessaram as diferentes fases da pesquisa e as relações com e sobre o objeto de estudo. Procurando responder à necessidade de produzir um conhecimento integrado e aprofundado sobre esta problemática, o estudo proposto nesta investigação cruza a caracterização sociológica do fenómeno, inexistente em Portugal à data do estudo, com uma compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas. É essencial que o debate se abra, mas que seja baseado em argumentos racionais e conhecimentos profissionais e “não em estereótipos dos meios de comunicação social e em mitos urbanos” (Worrall, 2005: 82). Como refere Pais (2002: 71), “ao basear-se nos rumores quotidianos, a sociologia procura alcançar, através desses rumores, rumos processuais das sociedades e outras ordens de sentido da realidade”.

Focus da investigação

Ao pretender aprofundar o conhecimento e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, este é um estudo sobre *experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas*. A opção por este objeto de pesquisa implicou outros desafios que acabaram por se tornar razões acrescidas para a investigação: estudar, por um lado, um tema pouco investigado em Portugal e, por outro, uma população de difícil acesso.

Assumindo como referente empírico as jovens internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas, da área da Grande Lisboa, desenvolveu-se uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa que pretende: compreender os sentidos e os significados que constroem e atribuem à prática transgressiva nos seus percursos de vida; analisar os itinerários biográficos que sustentam as suas escolhas; e descortinar, a partir das suas experiências e olhares, os contextos interativos onde se desenvolvem essas práticas.

Se fazer emergir sentidos e significados através da construção narrativa é um dos grandes propósitos desta investigação, este foi concretizado pela recolha e análise de histórias de vida e pela construção de retratos sociológicos, através da análise de processos individuais e de entrevistas qualitativas. Pretendia-se alcançar a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens se (re)configuram, sem perder de vista que as narrativas são interpretações subjetivas de experiências individuais de vida. Se a experiência é um envolvimento reflexivo e transformativo, narrar as experiências individuais permite aceder não só a ações e sentimentos veiculados por comportamentos, mas também à consciencialização da realidade, acedendo a modos de ver, refletir e agir sobre o mundo.

É a partir do pressuposto de que os sentidos da transgressão são conjuntamente construídos e modificados durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interação social que o enfoque qualitativo, privilegiado neste estudo, esteve fundamentado epistemologicamente numa visão construtivista da realidade, (re)lida nas interfaces de três principais abordagens teóricas que disponibilizaram conceitos e premissas metodológicas: interacionismo simbólico, teorias da ação estruturada e perspetivas feministas. Embora situadas em níveis analíticos distintos, permitiram que o caminho se fizesse nas rotas do quotidiano e que, ao situar o debate na perspetiva do sujeito (feminino), não perdesse de vista que as subjetividades são permeadas pelas (im)possibilidades do espelho social que molda *performances* (de transgressão e de género).

Organização dos capítulos

Esta obra está dividida em seis capítulos interdependentes, uma vez que no seu conjunto dão corpo à construção sociológica do fenómeno da delinquência juvenil feminina.

No primeiro capítulo, intitulado *Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto*, faz-se uma aproximação ao tema através da discussão dos principais conceitos estruturantes: juventudes, feminilidades e

delinquências. Além disso procede-se a uma análise e questionamento das (in)visibilidades sociais que têm sido construídas. Paralelamente, faz-se uma abordagem ao estado do conhecimento sobre o fenómeno em Portugal. No segundo capítulo – *Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil* – são percorridos os principais quadros teóricos e percursos analíticos em torno do fenómeno, com o objetivo de problematizar a sua construção científica, e é apresentada uma representação corrente da jovem delinquente, retratando, especificamente, que raparigas estão mais em risco de delinquir. No terceiro capítulo, denominado *Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos*, delinham-se as considerações teóricas que descrevem o *corpus* de análise, justificam-se as escolhas metodológicas, descrevem-se os processos de investigação e contextualizam-se os espaços empíricos da pesquisa.

Os três capítulos subsequentes integram a componente empírica deste trabalho que pretende dar um “olhar de dentro” sobre a delinquência juvenil feminina. Cada um dos capítulos apresenta-se como o confronto e a interpretação das narrativas e dos diálogos sobre percursos transgressivos, a partir de metodologias específicas. Neste contexto, o quarto capítulo, intitulado *Perfil sociológico da população em estudo*, faz o retrato das jovens participantes, a partir, fundamentalmente, da informação obtida da análise dos seus processos individuais. Mais do que um capítulo de caracterização, faz emergir outras linguagens: aquelas que são produzidas pelos principais agentes de controlo formal. O quinto e o sexto capítulos, porventura os mais originais, começam a esboçar os traços definitivos de uma singularidade ao fazer emergir os sentidos e significados e ao dar voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências. Ao longo do quinto capítulo – *Os cenários interativos da vitimação e da transgressão: na periferia das cumplicidades* – são analisados os principais contextos onde se cruzam os diferentes percursos de vitimação e de transgressão. Aqui privilegiaram-se as recorrências dentro de esferas de vida específicas – a família, a escola e o grupo de pares – e analisam-se as experiências e os significados que a transgressão assume para as jovens entrevistadas. O sexto capítulo, intitulado *Itinerâncias e errâncias: discursos e percursos transgressivos*, dialogando com as histórias individuais, explora os discursos dominantes em relação à transgressão e elabora perfis de percursos transgressivos.

As conclusões pretendem retomar as questões iniciais que orientaram a pesquisa, sistematizando e relacionando os principais resultados obtidos à luz das opções teóricas e dos procedimentos acionados. Desta retrospectiva não se dispensa um apontamento sobre as principais limitações da pesquisa que se encetou, bem como uma reflexão acerca dos novos problemas que a

investigação suscitou, fazendo do próprio processo de pesquisa um questionamento aberto.

Não pretendemos com estes elementos de reflexão, aliás insuficientes para esgotar o problema, encontrar respostas definitivas para as questões levantadas. O que se propõe é uma reflexão que permita abrir espaços de leitura sobre a problemática da “delinquência juvenil” feminina, dando corpo ao caráter exploratório que reveste este trabalho.

Capítulo 1

Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto

O tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado. Tempo e lugar são folhas em branco que só ganham sentido com a inserção, com as assinaturas que os indivíduos nelas fazem. (...). É justamente através desses contextos que podemos perceber as razões pelas quais os tempos e os lugares têm assinaturas distintas. (Pais, 2002: 138)

Neste capítulo pretende-se fazer uma primeira aproximação ao tema da delinquência juvenil feminina, construindo conceptualmente o objeto de pesquisa em torno de dois grandes eixos. O eixo que põe em discussão os principais conceitos que estruturam o tema: juventudes, feminilidades e delinquências, e o eixo que questiona a (in)visibilidade da “delinquência juvenil” feminina. Estes eixos foram, sempre que possível, recontextualizados na realidade portuguesa, permitindo compor um retrato temático, espaço-temporalmente situado.

1.1 Juventudes, feminilidades e delinquências

A opção por estudar percursos de transgressão e subjetividades juvenis femininas encaminha-nos para uma discussão que faz entrecruzar três grandes conceitos repletos de recortes, encruzilhadas e margens: juventude(s), feminilidade(s) e delinquência(s). Compreender como estas realidades se entrecruzam é uma forma de penetrar a invisibilidade do fenómeno em estudo, compreender como a figura feminina tem estado ausente das esferas da juventude e da delinquência e romper com a ideia da homogeneidade das categorias. Não há juventude, mas juventudes; não há delinquência, mas delinquências; é-se rapariga/mulher de muitas formas e jeitos. Diferentes posições que constroem uma diversidade de destinos e possibilidades. Conceitos plurais, como são plurais as vidas.

Construir uma definição de qualquer uma destas categorias não é fácil, principalmente pelo facto de se constituírem construções sociais, histórica